

**SE QUERES ENTRAR PARA A VIDA, GUARDA OS
MANDAMENTOS (Mt, 19, 17): LIVRE-ARBÍTRIO E SALVAÇÃO NO
PENSAMENTO JESUÍTICO. NOTAS SOBRE UM SERMÃO DE Pe.
ANTÔNIO VIEIRA**

**IF YOU WISH TO ENTER INTO LIFE, KEEP THE
COMMANDMENTS (Mt 19, 17): FREE WILL AND SALVATION IN
THE JESUITICAL THOUGHT. NOTES ABOUT A SERMON FROM
Pe. ANTÔNIO VIEIRA**

Ludmila Gomides FREITAS*

Resumo: A concepção soteriológica jesuítica entende que, não obstante o papel imprescindível da graça divina, o valor moral do livre-arbítrio e, portanto, das ações humanas, eram também determinantes para a salvação das almas. Para Pe. Antônio Vieira, no contexto colonial luso-americano, as boas obras passavam pela condução do indígena ao grêmio da cristandade. Neste sentido, sua oratória sacra buscava persuadir os colonos sobre sua responsabilidade nesta missão providencial. Iremos demonstrar este argumento examinando, primeiramente, as implicações teológicas do conceito jesuítico de salvação para, num segundo momento, analisarmos o “Sermão da Primeira Oitava da Páscoa”, pregado em Belém do Pará, no ano de 1656.

Palavras-chave: Pe. Antônio Vieira – Salvação – Livre-arbítrio – Obras.

Abstract: The interpretation, by the Jesuits, of the soteriological conception understands that, despite the indispensable role of the divine grace, the moral value of free will and therefore of human actions, were also determinants in the salvation of souls. To Antonio Vieira, within the Luso-American colonial context, the good works should be related to the conduction of the indigenous to the Christianity fraternity. In this sense, his sacred oratory sought to persuade the settlers about their responsibility in this providential mission. We will demonstrate this argument by examining, initially, the theological implications of the Jesuitical concept of salvation and then, secondly, we will analyze the “Sermon of the Octave of Easter”, preached at Belém do Pará, in 1656.

Keywords: Pe. Antônio Vieira – Salvation – Free will – Good works.

O fundamento missionário é dos pilares mais centrais por meio dos quais se instituiu a Igreja Católica, estando isso evidente na efusão do Espírito Santo nos Apóstolos no dia de Pentecostes.¹ O Evangelho diz: “ir anunciar a obra e a palavra do Mestre a todas as gentes” (Mt 28, 20). Tal fundamento é, sem dúvida, parte essencial na construção do *ethos* da Companhia de Jesus. Fundada por Santo Inácio de Loyola em 1534, na esteira da Contra-Reforma, a Ordem se constituiu como herdeira da vocação apostólica num

* Mestre em História – Doutoranda – Programa de Pós-graduação em História – Instituto de História – Universidade Federal de Uberlândia (UFU), CEP: 38400-902, Uberlândia, Minas Gerais – Brasil. Bolsista FAPEMIG. E-mail: ludmilagomide@hotmail.com

momento em que as fronteiras do mundo conhecido se dilatava: ir pregar aos novos gentios, era a *missio* colocada aos jesuítas.

O propósito evangelizador das missões jesuíticas dotava de sentido cristão a colonização portuguesa na América, destinada a erigir o reino de Deus, segundo a perspectiva de Padre Antônio Vieira. Se por um lado, o projeto de formação cristã idealizado pela Companhia elegia os naturais da terra como o grupo mais urgente para receber a doutrina; por outro, de modo algum descuro do cuidado da alma dos colonos. Assim, desde meados do século XVI, foram duas as frentes de atuação dos jesuítas: os aldeamentos, onde eram convertidos os indígenas, e os Colégios e as paróquias das cidades, onde eram ministrados os sacramentos e a doutrina aos moradores. Nos primeiros, promovia-se a cura e a remissão das almas gentis; nos segundos, o desengano e a união com Deus para as almas cristãs. O escopo do projeto jesuítico era, enfim, a totalidade da sociedade colonial em processo de gestação.

Paralelamente à ação dos jesuítas – diligentes contra as forças demoníacas que grassavam na América – era imprescindível que os colonos reconhecessem também o seu papel na construção do reino. A eles caberia promover a inclusão dos índios na ordem colonial e, para isso, bastava agir segundo a legislação indigenista, cujo conteúdo, prudentemente, equilibrava o desenvolvimento econômico e o dever evangelizador. Neste sentido, a oratória sacra do Pe. Antônio Vieira buscava instruir e persuadir os colonos a agirem de modo cristão: promover a comunhão com Deus, libertar dos enganos, repor a verdade e revelar os mistérios eram, enfim, os meios que o jesuíta dispunha para, nestas plagas remotas do Império português, conciliar a vontade do colono à vontade divina. Aliás, segundo o pensamento jesuítico, o livre-arbítrio só era realmente livre quando ajuizado pela razão e inspirado pelo ânimo cristão encontrava o caminho para a plenitude do ser.

Neste artigo pretendemos demonstrar como a concepção soteriológica jesuítica balizava a pregação de Pe. Antônio Vieira aos colonos do Maranhão e Grão-Pará. Para isso, iremos, num primeiro momento, apresentar alguns elementos da concepção teológica cristã sobre o homem. Nela está estabelecido seu caráter especial frente às outras criaturas, uma vez que, dotado de razão natural e da graça, o homem está capacitado à união transcendente com Deus. Contudo, em decorrência do pecado original, o homem permaneceria incapaz de conhecer isoladamente a Verdade, posto que o livre-arbítrio, embora de modo algum fosse extinto, teve as suas forças atenuadas e inclinadas ao mal. À Igreja e a seus membros caberiam o papel exclusivo de mediar a

comunicação humana com o divino, realizada através do ministério dos sacramentos e da oratória sacra. Na esteira da Reforma Católica, o pensamento jesuítico ratificou que, não obstante o papel imprescindível da graça divina, o valor moral do livre-arbítrio e, portanto, das ações humanas, eram também determinantes para a salvação das almas.

No contexto colonial luso-americano, as boas obras passavam pela condução do indígena ao grêmio da cristandade. Nesse sentido, nosso objetivo será demonstrar, num segundo momento, que a pregação de Antonio Vieira intentava persuadir os colonos a disporem suas vontades e ações na direção do Bem. Enfim, convencê-los de seu papel como agentes da virtuosa missão que Deus os confiou, qual seja, promover a incorporação do gentio à ordem colonial e, conseqüentemente, facultar-lhes a entrada no grêmio da Igreja e do Estado. Em seu sentido último, ao cumprirem essa missão, estariam eles mesmos colaborando para a sua própria salvação. Demonstraremos este argumento a partir da análise do *Sermão da Primeira Oitava da Páscoa*, pregado em Belém do Pará no ano de 1656.

A fé, a graça e as obras: notas sobre o livre-arbítrio e a salvação no pensamento jesuítico

Diferente de outras ordens religiosas, a Companhia de Jesus representa um modelo de espiritualidade e de ação que se projeta no mundo; o monasticismo, onde a experiência com Deus se dá no claustro, é abandonado pelos jesuítas que introduzem a ideia de uma ascese no mundo. Até então acreditava-se que pela contemplação o homem purificava-se, mas, ainda assim, a salvação era uma graça de Deus. Mesmo a escola místico-ascética, que introduz pela primeira vez um caminho prático (exercícios ascéticos) em oposição a uma mística exclusivamente passiva, considerava que uma tal via purgativa preparava o homem, no melhor dos casos, para receber a inspiração divina. A união com Deus continuava, pois, como um dom extraordinário e voluntário de Deus.

A novidade trazida pelos jesuítas é, justamente, um modelo de espiritualidade que vê no homem aptidões para alcançar a perfeição. Isto não significava em absoluto a negação do ato divino da graça, porém introduzia a ideia de que era possível um aperfeiçoamento espiritual, fruto de uma escolha racional, que se constituiria numa condição pra a justificação. Assim escreve Loyola a um irmão da Ordem: “Todas as vezes que eu quiser, poderei encontrar a Deus” (apud MILLER, 1946, p. 22). Basta para isso que o homem aspire a Deus de forma adequada, de maneira que, além do fervor, haja necessariamente “o uso acertado das aptidões naturais”. Do mesmo modo que “[...] pelo

caminhar, a marcha e a carreira, o corpo pode ser treinado, assim também é possível preparar a vontade por meio de exercícios, a fim de que ela encontre a vontade divina” (apud MILLER, 1946, p. 22).

Encontrar a vontade divina é também se postar como um soldado militante, empenhado na luta pelo Reino e Glória de Deus. Nos *Exercícios Espirituais*, o Jesus Cristo descrito por Ignácio de Loyola não aparece como objeto de meditação contemplativa, mas sim como um Rei em luta contra as forças infernais. Cristo dirige a palavra aos exercitantes e exige deles decisão e ação: os jesuítas devem ser, pois, os seus mais devotados soldados em campanha. O Reino todo deve ser trazido à verdadeira fé; a conversão dos gentios é, portanto, dever dos soldados. Enfim, a reforma cristã do mundo, segundo os *Exercícios*, dependeria da ação diligente dos jesuítas como um homem completo. Pois somente o homem completo, dotado de inteligência, vontade e capacidade de ação poderia alcançar a plenitude para qual o Criador o destinou.

Em outro texto fundador da Companhia, as *Constituições*, está estabelecida a relação que há entre a salvação dos membros da Ordem e a salvação dos outros homens cristãos: a primeira não ocorre sem o trabalho assíduo e dedicado na direção da segunda – a busca pela salvação do próximo, como ato caritativo e participação na coautoria da Providência, é o meio para se buscar a remissão própria. O modelo da espiritualidade jesuítica, enfim, volta-se para a alma do próximo e, nesse sentido, a missão é a expressão exata dessa vocação². Podemos evidenciar o imbricamento entre a santificação pessoal e a atividade apostólica em um documento anterior às *Constituições*:

O fim da Companhia é não somente ocupar-se da salvação e perfeição das almas próprias com a graça divina, mas também com a mesma, procurar intensamente ajudar a salvação e perfeição dos próximos (LOYOLA apud LEITE, 1950, p. 09).

É importante notar que a santificação pessoal do jesuíta continua sendo, antes de mais nada, obra da graça. É Jesus Cristo, como juiz justíssimo e misericordioso, quem justifica e santifica, conforme uma perfeição de juízo indisponível aos homens. De maneira análoga, a salvação do próximo também depende do ato divino e da vontade de cada fiel. Nesse sentido, o papel do missionário, como descrito no documento acima, não é salvar, mas “procurar intensamente ajudar a salvação e perfeição dos próximos”. É para isso, enfim, que o jesuíta desempenha seu ministério, numa clara vocação apostólica.

Podemos afirmar que, no interior do pensamento jesuítico, soma-se à concepção universalista da missão uma profunda confiança na participação do homem em sua

própria salvação. Essa crença deve ser entendida não como uma autonomia humana frente à vontade divina, mas, pelo contrário, como consequência do ato extremo de amor divino, que, pela graça, funda no homem a participação em seu Ser, e, assim, dota-lhe da capacidade de ir em busca do Bem (finalidade de toda criatura). Para compreendermos a concepção soteriológica jesuítica faz-se necessário apresentarmos, ainda que sumariamente, o lugar ontológico reservado ao homem no universo dos seres criados, tal como proposto pela filosofia cristã medieval.

Os homens, enquanto gênero, foram escolhidos (eleitos) para receberem a graça de Deus, como um ato expresso de sua Vontade. Dessa eleição surge a possibilidade de se estabelecer uma relação de união com Deus, que é exclusiva dos homens entre todas as outras criaturas. Enfim, o homem é objeto de uma escolha amorosa de Deus e, nas palavras de Alcir Pécora, “[...] uma escolha desinteressada que não tem outro propósito senão estender aos homens a participação no seu Ser” (PÉCORA, 2008, p. 97). Vejamos, de maneira breve, como esse argumento é construído dentro da ortodoxia cristã.

No pensamento cristão, tudo que existe deve necessariamente a Deus o seu ser, que é, portanto, causa primeira da Criação: “[...] Deus é o ser primeiro e absolutamente perfeito; ele deve, portanto, ser necessariamente a causa que faz ser tudo o que existe” (GILSON, 2006, p. 100). Nesta ideia, a ação criadora não se dá a partir de uma matéria preexistente, pelo contrário, exclui toda suposição deste gênero – Deus criou e cria coisas *ex nihilo*. No mundo cristão, a criação é a “emanação do ser total, a partir do nada”, e se dá pela “[...] evocação de algo fora do nada pela simples palavra *fiat*”, exemplarmente expressa nos primeiros versículos do *Gênesis*³. Assim, somente Deus é Ser – “esse nome pertence a esse ser único num sentido que só a ele convém” (GILSON, 2006, p. 90) –, pois somente nele a *existência* é idêntica à *essência*. Disso decorre que somente o Ser é capaz de conceber o ser: “a criação é, portanto, a ação causal própria de Deus, ela lhe é possível e só é possível para ele” (GILSON, 2006, p. 92) Se Deus é o Ser, e também único, tudo o que não é Deus só pode dele receber sua existência. Consequentemente, os seres são, ao mesmo tempo, efeitos da causa primeira e contingentes. É verdade dizer, portanto, que, “salvo Deus, tudo o que existe poderia não ser o que é, como passa a ser verdade dizer que, fora Deus, tudo o que existe poderia não existir” (GILSON, 2006, p. 89). No universo cristão, enfim, a existência é marcada por uma *contingência radical*.

Os filósofos cristãos buscaram distinguir cuidadosamente as várias espécies ou graus de analogia entre Deus e os seres. No que diz respeito ao homem, a analogia é dada por uma *proporcionalidade* que se espelha (está contida) na graça. É pois, pela graça, que

os homens participam do Ser de Deus. Como dito anteriormente, há aí um ato amoroso e voluntário de Deus em escolher o homem entre todas as outras criaturas. Essa escolha, *qualifica* o humano como o que é voluntariamente pretendido por Deus. Portanto, ela é uma glória que resgata o homem de sua condição de *contingência radical*, ao facultar-lhe a possibilidade de conhecer o plano divino. Porém, para que isso aconteça, entra em cena uma faculdade também análoga ao Ser de Deus: a razão natural. Esta, em conjunto com o livre-arbítrio, são as características exclusivas e definidoras do gênero humano.

Em suma, o homem é dotado de livre-arbítrio por possuir uma alma racional. Todavia, o horizonte das escolhas ditadas pela vontade permanece indeterminado: há a possibilidade do homem escolher o pecado ou os desígnios de Deus. Ou seja, a vontade pode escolher entre o mal ou o bem sem que a qualidade da escolha interfira na liberdade do ato. Por conseguinte, a escolha assume a forma de uma responsabilidade moral, porque o sujeito que escolhe passa a ser responsável por todos os seus atos, que são necessariamente efeitos desta escolha: “[...] o sujeito que quer é realmente a causa dos seus atos, porque é por isso mesmo que eles lhe são imputáveis” (GILSON, 2006, p. 373).

Para que o problema da indeterminação moral da vontade fosse resolvido, os filósofos acabaram por unir/relacionar o livre-arbítrio e a graça. Encontramos em Santo Agostinho o encaminhamento da questão. Para o bispo de Hipona,

[...] a graça afeta profundamente o jogo do nosso livre-arbítrio. Não basta dizer que ela se junta a ele como um poder complementar: ela modifica seu estado, na medida que o confirma e o cura. Com a graça, não temos nosso livre-arbítrio mais o poder da graça, mas é o próprio livre-arbítrio que, pela graça, se torna potência e conquista sua liberdade (apud GILSON, 2006, p. 386).

Tudo acontece como se a graça, ao penetrar no livre-arbítrio, pudesse libertar o querer. O livre-arbítrio se qualifica com a graça, pois esta opera como uma centelha de consciência que o orienta. Onde há inteligência – no sentido de se ter o entendimento do Bem – há livre-arbítrio, e quanto mais há inteligência, mais há liberdade. Isso não diminui a possibilidade do homem escolher o mal ou o pecado; contudo, a má escolha, a opção pelo pecado, não significa liberdade. Nesse sentido, a vontade só é livre quando encontra a Vontade de Deus; a graça, dom de Deus dado aos homens, capacita o humano para o entendimento da verdade:

Deus é que fecunda nosso pensamento com seu Verbo, ele não é apenas seu amo interior, como que uma voz que lhe falasse ao ouvido, mas uma luz que o faz ver; mais ainda, é um alimento nele, como o pão na boca; mais ainda, a semente viva que penetra no seio do pensamento, desposa-o e fecunda-o para fazê-lo conceber a verdade (GILSON, 2006, p. 187).

Podemos dizer que, ao criar o homem dotado de razão natural e livre-arbítrio, Deus deixa para ele a responsabilidade de conduzir o seu fim último. A vontade humana e o livre-arbítrio colaboram eficientemente para o seu destino. A escolha de um caminho que leve ao bem e à felicidade ou de outro que leve ao erro e à danação, é antes um arbítrio humano, embora venha em seu auxílio a graça e a Providência. Mas, em última instância, a responsabilidade é dos homens. Este fundamento pressupõe, sem dúvida, uma valorização ética dos atos humanos.

Se o homem é dotado de uma alma racional e de livre-arbítrio, ainda que seja instruído pelos sinais divinos, está a seu alcance o poder de salvar-se ou condenar-se. Concebido assim sob o signo de uma grande potência, o homem se aproxima, participa – por uma analogia proporcional – do Ser de Deus. É, portanto, sob essa perspectiva que se pode entender o humanismo apregoado pelos jesuítas. É a partir desta tradição filosófica medieval que o pensamento jesuítico lançará as bases para pensar um sentido de santificação, cujos meios são, concomitantemente, a graça, a fé e as obras; mais especificamente, as obras de missionação. Em suma, o homem é capaz de não somente conhecer o plano de Deus, como também ser coagente nas etapas históricas que levam a esse Fim. Detalhemos, pois, tal ideia e o momento histórico em que ela se deu.

Inácio de Loyola legou a seus discípulos uma doutrina onde era essencial o papel da vontade e das boas ações na definição do destino humano. Identificamos à mesma época a expansão do movimento reformador de Lutero e Calvino, cujas doutrinas negavam, essencialmente, o valor do livre-arbítrio e, como ele, todo o valor moral das ações humanas. Essa polêmica, já vivida no interior da Igreja em seus primórdios⁴, ganhou contornos drásticos no século XVI; sem dúvidas, constituiu-se num divisor de águas nas esferas religiosa e política.

A Reforma protestante plasmou a doutrina da justificação pela fé inspirada na sentença paulina de que “o justo viverá pela fé” (Rm, 1, 17). Segundo ela, a salvação só pode ser recebida de forma passiva, a partir do ato misericordioso e voluntário de Deus, ou seja, pela graça. Acreditar na salvação pelas obras significava, pois, o pecado da soberba e ímpia presunção em relação ao Criador. O gênero humano estava, para todo o sempre, condenado em consequência do pecado original; restava-lhe apenas esperar pela

salvação divina. Lutero, em seu escrito contra Erasmo, o *De Servo Arbítrio*, prega que somente a graça de Deus é ativa, “[...] mas que a vontade nada pode, de sorte que, de acordo com o testemunho da nossa razão, não pode haver livre-arbítrio nem no homem, nem no anjo e nem em qualquer outro ser criado” (apud MILLER, 1946, p.114). Para o reformador, somente a fé, “coisa muito diferente do arbítrio”, justifica. Nas palavras de Miller:

Ora, a fé consiste, dentro do espírito da doutrina de São Paulo, no fato de que saiba o homem ter Cristo morrido pela salvação de todas as criaturas. Somente aquele a quem for outorgada a graça de crer, verdadeiramente, na missão redentora do Salvador, será salvo; quem não possuir essa fé, não é um cristão e permanece pecador, mesmo que se martirize de morte pela prática de boas obras (MILLER, 1946, p. 114).

Na doutrina luterana e, sobretudo, na calvinista⁵, o peso do pecado original sobre os homens é inexorável: a corrupção da queda incapacita plenamente o homem para o entendimento do Bem por toda a eternidade. Assim, se o homem pratica boas ações, não é ele quem age, mas a graça que nele se manifesta.

Em contraposição à doutrina reformada, os jesuítas firmaram em toda sua teologia, espiritualidade e ética – fiéis aos postulados dos *Exercícios* – a plena convicção no arbítrio humano e no mérito das obras. Os jesuítas não negam a graça, nem a exclusividade de Jesus como o salvador. O que eles reforçam é que a coparticipação na construção do Reino é uma escolha racional e uma condição para a justificação. Mas não negam a gratuidade.

Dentro do pensamento contrarreformado, a partir do Concílio de Trento, ficou estabelecida como herética a doutrina que anulava o livre-arbítrio. Nesse ambiente, destacaram-se dois importantes jesuítas propositores da teoria sobre o papel da graça e do livre-arbítrio para o concurso da salvação: Roberto Belarmino (1542-1621) e Luis de Molina (1535-1600). Belarmino propôs uma sutil distinção de duas espécies de graça: a graça eficiente e a graça suficiente. Segundo ele, a graça eficiente “chamava o homem, nessa maneira especial, pela qual ele previa que o mesmo lhe seguiria o apelo” (MILLER, 1946, p. 115). Em compensação, a graça suficiente “era concedida ao mortal de uma tal maneira que não era apropriada para despertar nem o seu estímulo nem a sua colaboração” (MILLER, 1946, p. 115). Se Belarmino esboçou a importância do livre-arbítrio no concurso da santificação, podemos dizer que seu colega de Ordem, Luis de Molina, logrou esposar a tese de forma mais contundente. Professor de teologia da

Universidade de Évora, Molina procurou sintetizar as teses de Belarmino em seu extenso trabalho *Concordia Liberi Arbitrii cum Gratiae Donis* (1588).

Acreditamos que o próprio título da obra de Molina já indica que não é sua intenção refutar o papel da graça para a salvação, mas estabelecer uma “concordia” entre “livre-arbítrio” e a “graça do Senhor”. Molina acrescenta a ideia de que haveria por parte de Deus uma “scientia media”, pela qual poderia antecipar, desde toda a eternidade, como toda criatura humana, imersa nas mais variáveis circunstâncias contingentes, se comportaria. Então, baseado nessa ciência, Deus decide como distribuir os dons da graça: segundo sua previsão, a graça eficaz é aquela que há de ser certamente aceita; a graça suficiente, por sua vez, é aquela que, por si, bastaria para salvação, mas Deus prevê que os homens a quem ela é outorgada, irão rejeitá-la⁶.

O *Concordia* de Molina buscava equilibrar, a partir da doutrina soteriológica de Loyola⁷, a doutrina da presciência de Deus e as responsabilidades do pecado e livre-arbítrio humanos. Embora tenha dado uma importante contribuição à conceituação do livre-arbítrio, Loyola não logrou solucionar os impasses que há muito pairavam no debate filosófico cristão: se Deus é onisciente e eterno, tendo, portanto, total ciência do mundo que criou, não seria Ele responsável pelos pecados humanos? Como conciliar a questão da onisciência divina e a responsabilidade humana por suas próprias ações? É tentando responder a esse paradoxo que Molina formula a tese, tipicamente escolástica, de que Deus “[...] tem um conhecimento médio (*sciencia media*) dos eventos contingentes, e esse conhecimento se encontra entre seu conhecimento natural e seu conhecimento livre” (EISENBERG, 2000, p.159). Segundo as palavras do próprio Molina:

Através de Seu conhecimento natural, Deus sabe que é metafisicamente possível, mas não metafisicamente necessário, que Adão pecará se colocado no Éden. Através de seu conhecimento livre, Ele sabe que Adão será de fato colocado no paraíso e de fato pecará. Por outro lado, o que Ele sabe através de seu conhecimento médio é algo mais forte que o primeiro e mais fraco que o segundo, ou seja, que Adão necessariamente pecará se ele for colocado no Éden. Portanto, Deus tem um conhecimento médio apenas se Ele sabe todas as contingências condicionais futuras (apud EISENBERG, 2000, p.159-160).⁸

Molina consegue, portanto, preservar o papel da Providência divina sem retirar dos homens a responsabilidade moral por seus atos e escolhas, e, por conseguinte, a importância deles na salvação ou condenação eternas.

Pelo que foi exposto até agora, podemos afirmar que o livre-arbítrio teve um papel indelével na filosofia cristã, com acentos mais ou menos decisivos sobre sua eficácia na salvação ou danação da alma humana, porém, nunca negado por completo como pretendeu o pensamento reformado. O acento dado pelos jesuítas foi, certamente, o mais incisivo. E é, pois, por esse viés, que se depreende o papel reservado aos homens como coadjuvantes de Deus⁹ (usando aqui uma expressão paulina) na consecução do plano divino.

Mais uma vez, reforça-se a ideia de que, no humanismo jesuítico, o homem é abonadamente qualificado no sentido de que, dotado de vontade e razão natural, pode não somente conhecer os desígnios divinos, como também ser agente nas etapas históricas que levam a esse Fim. Como foi dito anteriormente, a espiritualidade inaciana crê que a união com Deus (união mística) não é alcançada apenas pela abnegação ascética da vida nos mosteiros, pelo contrário, ela é definida, sim, pela graça da fé, mas necessariamente acompanhada por um *estar no mundo* onde o homem, agindo conforme a sua vontade, realiza a vontade divina.

Espera-se que as ações virtuosas se deem cotidianamente nas mais simples escolhas e atitudes, o que as revestem de um alto valor moral. Enfim, não é a grandiosidade de um ato específico que torna segura a união com Deus, mas sim o fato de que “[...] esse ato tenha um lugar no interior de uma *ordem* que se estende pela existência” (PÉCORA, 2008, p. 81). As boas obras – notadamente as obras de missionação espalhadas pelos quatro quadrantes do Orbe – cumpririam uma função salvífica em coautoria com a Providência, pois ajudando os homens a ingressarem no grêmio da Igreja, os jesuítas estariam contribuindo para a realização do reino de Deus. Todavia, no contexto colonial luso-americano, esta missão providencial implicava também a participação dos colonos. Neste sentido, a oratória sacra de Pe. Antônio Vieira intentava persuadi-los a agirem de modo cristão junto aos indígenas, como poderemos ver a seguir pela análise do *Sermão da Primeira Oitava da Páscoa*, pregado em Belém do Pará, no ano de 1656.

Os sinais divinos e os enganos do mundo: cobiça versus ânimo cristão no Sermão da Primeira Oitava de Páscoa

O tema do engano advindo do mal julgamento da razão é central do sermão pregado por Antônio Vieira, na matriz da cidade de Belém (Grão-Pará), no ano de 1656. Naquela ocasião especial do calendário litúrgico cristão, quando se celebra a ressurreição

de Cristo, o jesuíta encontra seu auditório desconsolado em razão das notícias do fracasso da expedição enviada ao sertão em busca de ouro. Vieira constrói o sermão de modo a mostrar que o motivo da tristeza é antes a mão da Providência divina, que livra os moradores do mal que resultaria da descoberta das minas. Pela via misteriosa, Deus sinaliza aos homens o caminho da plenitude do ser e cabe ao sacerdote mediar essa comunicação com o divino. Neste caso, coube a Vieira demonstrar como tal situação – entranhada na materialidade mundana – é ocasião para o mais sutil e agudo aprendizado de fé.

O mal é um erro de análise feito por pessoas de pouco conhecimento. Elas buscam o bem, mas por um cálculo falho, por um exame imperfeito causado pela falta de conhecimento, elas fazem o mal. Essa seria a situação do Grão-Pará caso as minas fossem encontradas. Segundo Vieira, os moradores estão enganados ao creditar ao ouro a melhoria de suas vidas. Porém, ao expressar condescendência, empatia e solidariedade para com os colonos, o padre consegue se aproximar dos ouvintes, preparando a ocasião para que o verdadeiro sentido daquele acontecimento fosse enunciado. Há a compreensão da desolação e tristeza dos colonos, pois assemelham-se à desolação e tristeza vivenciados pelos puros de coração da história bíblica, segundo o religioso:

Não é grande desconsolação buscar, e não achar? Pois essa era a desconsolação da Madalena e das outras Marias: *Non invento corpore ejus*¹⁰. Não é bastante motivo de tristeza esperar, e não suceder o que se esperava? Pois essa era a causa por que os dois Discípulos eram tristes: *Nos autem sperabamus*¹¹ (VIEIRA, 2003, p. 566).

Os moradores do Grão-Pará, assim como as Marias e os Discípulos, não escapam do infortúnio e desconsolo “enquanto os cuidados e esperanças se põe na terra”. Vieira reconhece como naturais os sofrimentos advindos, posto que “[...] nesta infeliz jornada se tem gasto de tempo, de cuidado, e de fazenda” (VIEIRA, 2003, p.566). Mas assim como Jesus enxugou as lágrimas das Marias e consolou a tristeza dos Discípulos, Vieira irá aliviar os moradores com sua prédica demonstrando duas verdades:

A primeira, que muito melhor vos esteve não descobrirem as minas esperadas, que descobrirem-se. A segunda, que em lugar as minas incertas que se não descobriram, vos descobrirá Deus outras certas, e muito mais ricas. (VIEIRA, 2003, p. 566-567)

Ainda sobre a primeira verdade, o padre afirmou que:

Ora, ouvi-me atentamente, e (contra o que imagináveis, e porventura ainda imagina) vereis como nesta, que vós tendes por desgraça, consistiu a vossa redenção; e de quantos trabalhos, infortúnios e cativeiros vos remiu e vos livrou Deus em não suceder o que esperáveis (VIEIRA, 2003, p. 567).

O assunto aparentemente temporal, assim como era a causa das tristezas das Marias e dos Discípulos, “[...] nem por serem temporais deixou de as consolar o Divino Mestre, para converter a elas e a eles em espirituais [...]”. Do mesmo modo procederá Vieira neste sermão, pois, no arrazoado da época, os limites entre o espiritual e o temporal confundiam-se em nome da prevalência do divino sobre toda matéria e universo criado. Em suma, o que há de mais palpável, ordinário e mundano guarda sempre uma analogia proporcional do Ser, além de contar invariavelmente com o favor da Providência. Assim, Vieira esmera-se em demonstrar que o que à primeira vista é lido como castigo, é antes remissão. A descoberta do ouro seria, pois, o início da ruína, centelha da cobiça, motivo da inveja e ocasião para a guerra; de sorte que fez Deus esses tesouros, misericordiosamente, entranhados e escondidos no fundo da terra. Para provar, Vieira lança mão dos exemplos bíblicos – *umbra futurorum* dos acontecimentos do presente. Vejamos isso, nomeadamente, pela seguinte passagem:

Conta a Sagrada Escritura no capítulo trinta e oito de Ezequiel (*ou seja, história do passado, ou profecia do futuro*) que sabendo as Nações de Gog e Magog, que os Hebreus viviam ricos e descansados nas suas terras, fizeram conselho entre si de os irem conquistar, fundando essa deliberação em dois motivos: o primeiro, que tinham ouro e prata: o segundo, que não tinham muros. Um motivo os excitou à conquista, e o outro lha facilitou. O que os excitou foi o ouro e a prata: *Eccead diripiendam praedam congregasti multitudinem tuam, ut tollas argentum, et aurum*¹²: e o que os facilitou foi serem terras habitadas, sem muros nem fortificações: *Ascendam ad terram absque muro: vectes, et portae non sunt eis*.¹³ E terras que têm ouro e prata, e não têm muros fortes que as defendam, naturalmente estão expostas à cobiça e invasão dos inimigos, porque o ouro e a prata que têm, excita a cobiça; e os muros e fortificações que não têm, facilitam a invasão (VIEIRA, 2003, p. 569).

Na interpretação profética de Vieira, os portugueses são o povo da Nova Aliança, portanto, nada mais pertinente que traçar o paralelo entre eles e os Hebreus, autorizado pela interpretação factual que une as Sagradas Escrituras e a história presente. Os Hebreus, ao revelarem seus tesouros, foram invadidos e submetidos pelos Babilônios; desse feito, tira-se o ensinamento dado aos moradores do Grão-Pará: “Daí graças a Deus de se frustrarem as vossas esperanças, e não lhes sejais ingratos com vos entristecer, pois

assim vos quis livrar de tamanhos perigos” (VIEIRA, 2003, p. 570). Aqui identificamos a tópica do mistério operando na compreensão de mundo do jesuíta: a verdade divina impressa no plano sensível e material permanece, paradoxalmente, tangível e invisível, necessitando, pois, do sacerdote para decifrar o verdadeiro sentido dos eventos.

A prudência pede que as minas continuem ocultas aos homens, pois delas advém, além da cobiça externa, os “trabalhos e misérias domésticas”. Mais uma vez, Vieira retira tal ensinamento das Escrituras. No Salmo dezesseis, Davi pede a Deus que puna a injustiça dos inimigos que o perseguem; Deus o atende castigando seus algozes com o descobrimento do ouro e da prata. Valendo-se da interpretação figural, Vieira escreve:

Neste Salmo, que é todo profético, assim como na pessoa de Davi é figurado Cristo, assim nas perseguições de Davi são figuradas a crueldade e ingratidão com que Cristo foi tratado em vida por seus inimigos, e nas maldades e pecados com que ainda hoje é desacatado e ofendido. Pois em prêmio dessas ofensas, dessas maldades, e desses pecados descobre Deus os seus tesouros que tem escondidos debaixo da terra, e enche e farta de ouro e prata aos que estão famintos de minas? Sim; porque *essas minas que tanto desejam e estimam, ordinariamente não as descobre, nem as dá Deus por merecimentos, senão em castigo de grandes pecados* (VIEIRA, 2003, p. 571, grifo nosso).

Vieira faz uso de outros paralelismos extraídos do Velho e Novo Testamentos¹⁴ e, ademais, acrescenta outros revelados pelas lições do tempo presente, com o intuito de relacionar o descobrimento das minas à ruína e tormentos. Potosi é, pois, o exemplo claro do estado de miséria e exploração vivenciado nas minas do Peru, “horrendo teatro da paciência sem virtude”. A dureza do trabalho nas minas não se iguala a nenhum outro castigo: “Basta por prova, que a sevícia e crueldade dos Neros e Dioclecianos comutavam a morte e os tormentos dos Cristãos em os mandar servir nas minas [...]” (VIEIRA, 2003, p. 573). O jesuíta então afirma que seriam os índios os que haveriam de padecer e morrer no trabalho das minas e que todo lucro haveria de ficar nas mãos das autoridades (provedores, administradores, tesoureiros etc.), os quais para cá viriam com o único intuito de reter para si os frutos da descoberta. Ao colono, de nada valeria o esforço da empresa:

No mesmo dia havíeis de começar a ser Feitores e não Senhores de toda a vossa fazenda. Nem havia de ser vosso o vosso escravo, nem vossa a vossa canoa, nem vosso carro e o vosso boi, senão para o manter e servir com ele. A roça haviam-vo-la de embargar para os mantimentos das minas [...]; e vós mesmos não havíeis de ser vosso, porque vos haviam de apenar para o que tivésseis ou não tivésseis préstimo; e só os

vossos enganos haviam de ter muito que moer, porque vós e vossos filhos havíeis de ser os moídos (VIEIRA, 2003, p. 574).

Já para os índios as consequências seriam ainda piores:

Sobretudo, se tantos milhares de Índios se têm acabado e consumido em tão poucos anos, e com tão leve trabalho, como o das vossas lavouras, onde se haviam de ir buscar outros que suprissem e suportassem quanto tenho dito? E quais haviam de ser os que vendo-se enterrar vivos naquelas furnas, não fugissem para onde nunca mais aparecessem, levando o mesmo medo com eles aos demais? Tudo isto não o haviam de fazer nem padecer os que passeiam em Lisboa [...] (VIEIRA, 2003, p. 574).

Vieira, em seguida, lança mão de outro argumento para demonstrar que as minas de ouro devem permanecer ocultas. Agora, a razão é retirada da observação da natureza, cuja máxima foi sintetizada por um gentio, Horácio, “fundado só na razão natural e na experiência”, “sem nenhum princípio de Fé”:

[...] enquanto a terra o esconde e encobre: *cum terra celat*: está ele no sítio e lugar que lhe deu a natureza, que é o melhor. *Et melius situm*. Excelente razão. As coisas naturais, enquanto estão no seu próprio lugar em que as situou a natureza, nenhum dano fazem; tiradas dele são muito danosas (VIEIRA, 2003, p. 574).

A observação da natureza sempre fundamenta argumentos perfeitos na medida em que espelha a perfeição da Criação. A história é, pois, outra fonte de ensinamentos: a Idade de Ouro dos primeiros tempos era dourada, pois ouro não havia; sendo ele descoberto, começou então a Idade do Ferro. Nas Escrituras nada consta sobre ouro e prata no momento da Criação. Sendo assim, Vieira indaga a razão da existência dos metais. De modo contrário à Árvore da Ciência, que foi criada para tentar Adão a provar de seu fruto, Deus criou o ouro entranhado à terra livrando o homem dessa tentação. Na superfície, no entanto, Deus deu terra fértil e abundante. Chegamos aqui a um dos aspectos da segunda verdade que o sermão se propõe a demonstrar:

É possível que vos dê Deus uma terra tão abundante e tão fértil, que só com a comutação dos frutos e drogas dela vos sustentais, e conservais há tantos anos tão abastada e tão nobremente, sem haver e correr nela dinheiro; e que desejeis e suspireis por dinheiro, sem o qual, e por isso mesmo, vos fez a vossa fortuna singulares no mundo? (VIEIRA, 2003, p. 577).

Enfim, o ouro é um engano que empobrece e degrada o trabalho, enquanto que a agricultura é atividade esperada e benfazeja. O mal que acometeria a colônia com a descoberta das minas se estenderia também ao reino. Um exemplo próximo é a Espanha, país arruinado que confessa que as minas não lhe servem senão para despovoar e empobrecer. Outro exemplo, agora extraído das Escrituras, foi o caso do Reino de Salomão, onde toda riqueza fora consumida em “monstros da vaidade” e desfrutada pelos grandes e poderosos.

Vieira entende ter provado com vastos argumentos que o malogro da expedição fora um favor da Providência, então, passa a discursar sobre a segunda verdade que prometeu anunciar. Para isso, recorre mais uma vez às verdades bíblicas. Sendo Cristo morto na Paixão, o Filho de Deus decide realizar mais um milagre; do sepulcro desce às profundezas da terra para descobrir, não o ouro e a prata, mas as almas, o mais precioso tesouro. No coração da terra, encontra e resgata as almas de gentios virtuosos (personagens do Antigo Testamento) que esperavam por redenção: as almas de Abraão, Adão e Eva, dos antigos Patriarcas Seth, Noé, Isaac, Jacó, José e Moisés; dos reis justos e santos Jozias, Ezequias, Josafá, Manassés, Davi e Salomão; dos profetas Isaías, Jeremias, Ezequiel e Daniel, “e com cada um deles em triunfo, as Almas que com suas pregações tinham livrado do Inferno”. Por fim, não faltou as almas das mulheres, como a de Sara, Rebeca, Raquel, Maria irmã de Moisés, Ester, Ruth, Susana e Judite; “e com estas de mais conhecido nome, todas as outras que naquele escuro depósito estavam esperando longamente a vinda do Messias” (VIEIRA, 2003, p. 583).

Vieira segue narrando o resgate de outras almas, agora personagens dos Evangelhos (“das que lá entraram depois de Deus feito homem”): a do pobre Lázaro (mas não a do rico que no inferno continuou), a de Simeão, a dos inocentes de Belém, a de São João Batista, a de São Joaquim e a de Santa Ana e a de São José. “Estes foram os tesouros inestimáveis, que o Redentor do mundo tirou daquelas minas, que em espaço de quatro mil anos desde o princípio do mesmo mundo, se foram multiplicando e crescendo sempre” (VIEIRA, 2003, p. 584).

A vida de Jesus oferece o exemplo mais sublime de que as almas são o maior tesouro desse mundo. Quando Deus desceu à terra feito homem, escolheu nascer na pobreza, filho de pais pobres e, como discípulos, elegeu também os pobres; a primeira coisa que ensinou e pregou, portanto, foi a pobreza. Assim, Vieira destaca:

[...] se viveu de esmolas como pobre, se morreu sem casa e sem cama, e despido como extremamente pobre: se o que sempre condenou foram as riquezas, e prometendo o Céu aos pobres, só o dificultou, e quase impossibilitou aos ricos: que tesouros são estes que Deus lhes prometeu, e que minas secretas e escondidas as que havia de descobrir? Não foram sem dúvida, nem são outras, senão aquelas Almas tão preciosas, como prezadas, que no Seio de Abraão, como em tesouro, se iam depositando por todos os séculos, não só escondidas e encerradas, mas verdadeiramente cativas, para cujo descobrimento, liberdade e redenção desceu Cristo [...] (VIEIRA, 2003, p. 585).

As almas são incomparavelmente mais valiosas do que o ouro e a prata; seu preço não foi pago senão com o precioso sangue de Cristo.¹⁵ Vieira, então, menciona um exemplo histórico de um rei fiel que entendera essa verdade, el Rei D. João II: quando descobriu minas na Costa da África, chamou a terra por esse nome. Lá edificou o Castelo de São Jorge, mas como os gastos eram muitos, quis seus conselheiros de Estado demovê-lo do projeto:

Respondeu [el Rei] que de nenhum modo se largasse. Porque eu (diz) não mandei edificar aquele Castelo tanto para a defesa e conservação das minas, quanto para a conversão das Almas dos Gentios: e basta-me a esperança da salvação de uma só daquelas Almas, para ter por bem empregadas todas essas despesas (VIEIRA, 2003, p. 585).

Com este caso exemplar, retirado da história portuguesa, Vieira cria o ensejo adequado para lançar a mais importante e última mensagem do sermão: se Deus por sua Providência fez com que os colonos não encontrassem as minas de ouro, foi para poupá-los dos tormentos. Mais: foi para lhes revelar um tesouro infinitamente maior, que não está entranhado na terra e sim “à flor da terra”, que são as almas dos índios, feito pérolas, que habitam aqueles sertões. Conforme Vieira, referindo ao Grão-Pará:

Outros lhe chamam Rio das Amazonas; mas eu lhe chamo Rio das Almazinhas: não por serem menores, nem de menos preço (pois todas custaram o mesmo) mas pelo desamparo e desprezo com que se estão perdendo, quando o ouro e a prata se deseja com tanta ânsia, se procura com tanto cuidado, e se busca com tanto empenho? Oh Almas remidas com o sangue do Filho de Deus, que pouco conhecido é o vosso preço, e que pouco sentida a vossa perda, digna só de se chorar com lágrimas de sangue! *Mas os que tão pouco caso fazem da Alma própria, como o farão das alheias?* (VIEIRA, 2003, p. 586, grifo nosso).

As almas dos índios são o verdadeiro tesouro e Deus fiou aos portugueses o cuidado delas. Da compreensão dessa verdade depende o aumento da Cristandade,

ademais, tal entendimento, alcançado mediante a deliberação racional, torna-se um ato de fé e vontade. Isso pode ser demonstrado pela seguinte passagem:

E deste inferno, donde Cristo hoje não tirou Alma alguma, podemos nós tirar, sem sair da terras onde Deus nos pôs, tantos milhares de Almas, e fazer delas um tesouro inestimável, tanto mais rico e precioso, quanto vale mais uma só Alma que todo o ouro e a prata, e todos os haveres do mundo. Ou cremos essa verdade, Cristãos, ou não a cremos? Se não a cremos, onde está a nossa Fé, a nossa Esperança, e o nosso entendimento? (VIEIRA, 2003, p. 587).

Na perspectiva teológica cristã, “Deus não controla apenas o homem por sua providência, *ele o associa a ela*” (GILSON, 2006, p. 227, grifo nosso), e no contexto em que Vieira se situa, associar-se significa envolver-se diretamente com os cuidados espirituais dos gentios. O cumprimento dessa obrigação, providencialmente sinalizada ao colono, é caminho da remissão das almas pagãs, mas também daquele que, pelo seu livre-arbítrio e razão, compreende a virtude e a justiça de atuar seguindo a vontade de Deus. No bojo da invenção vieiriana está a ideia que, ao colono, membro do corpo místico e político do Estado português, compete participar da empresa que conduzirá a história para sua finalidade última, qual seja, a instauração do reino de Deus na terra.

Vieira chega a detalhar como deve ser a participação do colono neste processo: “Sobretudo trate cada um com verdadeiro zelo Cristão, da doutrina e salvação, ao menos daquelas Almas que tem em sua casa, e muito particularmente da sua, de que muitos vivem esquecidos” (VIEIRA, 2003, p. 588). Por fim, um último conselho:

E para que até das minas que não achastes tireis algum fruto, seja o primeiro a confusão de fazermos tantas diligências pelos tesouros da terra, quando tão pouca fazemos pelo do Céu, que hão de durar pra sempre: e o segundo, o exemplo e resolução de fazer ao menos outro tanto pela salvação da Alma, e Graça de Deus, a qual nos promete o mesmo Deus que acharemos sem dúvida, se assim buscarmos [...] (VIEIRA, 2003, p. 589).

Nesse sermão, vemos confirmada a tese de que no interior da hermenêutica jesuítica (e cristã, de uma maneira geral) o modo sacramental desdobra-se nas ocasiões do mundo criado, ou seja, na materialidade contingente e histórica de seu ser. Aqui, o evento do fracasso das minas atinge seu verdadeiro sentido enquanto figura que anuncia um desígnio providencial. Interpretado pelo sacerdote (autoridade exclusiva da exegese e da identificação dos mistérios) o fato é lido como sobrenatural, obedecendo à dupla

exigência da natureza misteriosa: se por um lado, é sinal de Deus que sacramenta o sensível do mundo, por outro, deixa ao arbítrio e à vontade livre dos homens a compreensão e ação sobre ele.

O evento, tal qual apresentado por Vieira, é ocasião exemplar para a salvação ou perdição: fazendo coincidir a vontade humana com a Vontade divina, caberá aos moradores introjetar e realizar a divina missão de cuidar das almas indígenas. Por outro lado, obstinar-se na valorização dos interesses materiais e não abrir mão da procura do ouro é realizar uma escolha, embora distanciada da finalidade divina. Consequentemente, como em todo ato livre, o ônus da má avaliação do arbítrio incidirá no sujeito que escolhe.

Para finalizar, não podemos deixar de mencionar o forte sentido consolador pretendido por Vieira neste sermão, que mostra que os caminhos de Deus, por mais desoladores que pareçam, guardam um sentido sublime, eternamente sabido e misericordioso. Aos homens, dentro do corpo místico da Igreja e do Estado, caberá compreender e decidir, livremente, sobre a confluência ou não de seu desejo e ação ao Bem, ou seja, tornar-se ou não coadjutor do plano divino. Enfim, para este jesuíta, a compreensão cristã do universo sacramental institui o mistério como a forma eficaz e misericordiosa que Deus comunica aos homens seus desígnios, alertando, pois, contra os enganos e vícios que os afastam da salvação. Os mistérios sinalizam para as ações prudentes a serem assumidas em acordo com a Providência. Contudo, isso não se dá de forma coercitiva aos homens, uma vez que deixa em aberto o espaço para o arbítrio, cujo desdobramento correto e natural depende de uma orientação ajuizada da vontade dos sujeitos que escolhem.

Referências Bibliográficas

- EISENBERG, José. *As Missões Jesuíticas e o Pensamento Político Moderno: encontros Culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG/Humanitas, 2000.
- GILSON, Étienne. *O Espírito da Filosofia Medieval*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1950, tomo I.
- MILLER, René Füllopp. *Os Jesuítas: seus segredos e seu poder*. Tradução Alvaro Franco. Rio de Janeiro: Porto Alegre: São Paulo: Edição da Livraria do Globo, 1946.
- O'MALLEY, John W. *Os Primeiros Jesuítas*. São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS; Bauru, SP: EDUSC, 2004.

PÉCORÁ, Alcir. *Teatro do sacramento: A unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antonio Vieira*. Campinas: Editora Unicamp/ São Paulo: Edusp, 2ª ed., 2008.
VIEIRA, Pe. Antônio. *Sermões*. Alcir Pécora (Org.). São Paulo: Hedra, Tomo 1 e 2, 2003.

Notas

- ¹ O Pentecostes é a celebração da efusão do Espírito Santo. Para os cristãos, o Pentecostes marca o nascimento da Igreja e sua vocação para a missão universal. “Tendo-se completado o dia de Pentecostes, estavam todos reunidos no mesmo lugar. De repente, veio do céu um ruído como o agitar-se de um vendaval impetuoso, que encheu toda a casa onde se encontravam. Apareceram-lhes, então, línguas como de fogo, que se repartiam e que pousaram sobre cada um deles. E todos ficaram repletos do Espírito Santo e começaram a falar em outras línguas, conforme o Espírito lhes concedia se exprimissem” (At, 2, 1-5).
- ² É importante ressaltar que, paralelamente à vocação missionária, os jesuítas assumiram um papel pioneiro e fundamental no campo da educação, com a fundação de inúmeros colégios ao redor do mundo. Assim, ao longo dos séculos, a Companhia de Jesus orientou seus objetivos não somente para a instrução de seus próprios membros, mas também dos jovens em geral.
- ³ Gilson problematiza a questão indagando-nos como pensar esse “nada” senão como “(...) uma espécie de matéria de que o ato criador tira seus efeitos? Não pensamos senão a mudança, a transmutação, a alteração; para pensar a criação, teríamos de poder transcender, ao mesmo tempo que nosso grau de ser, nosso grau de causalidade.”. Ainda em nota o autor acrescenta: “Estamos portanto num desses pontos em que uma noção que, por si, é racional pode escapar da razão na medida em que está privada do socorro da revelação.” (GILSON, 2006, p. 123).
- ⁴ Lembremos a contundente polêmica entre Santo Agostinho e Pelágio, no século V, em torno do papel da graça e do livre-arbítrio para a salvação dos homens. Pelágio fora o primeiro a confrontar Agostinho no que toca o valor determinante do pecado original na danação dos homens. Para ele, o homem tem a possibilidade, a partir de seu juízo e vontade, de discernir entre o bem e o mal. As ações dos homens eram, em última instância, frutos de seu arbítrio. Agostinho, adversário ferrenho da tese pelagiana, afirmou que a vontade e as ações humanas, privadas da graça, não tinham valor. No concílio de Éfeso (431 d.C.), a contenda foi decidida com o banimento da tese pelagiana, a partir daí, considerada herética. Contudo, a questão não se esgotou, sendo reavivada em alguns momentos ao longo da Idade Média, como por exemplo, no pensamento de Duns Scott, que insistiu no valor da escolha humana na determinação da salvação.
- ⁵ Em Calvino, nem mesmo a fé é fonte de salvação, uma vez que somente os escolhidos serão contemplados por ela. Segundo Miller, a doutrina do pecado original esposada por Calvino toma um cunho implacável. “(...) Calvino considera até os crentes como condenados, se isso aprouver a Deus, “pois tudo depende do Seu poder e da Sua vontade”. Desde o começo dos tempos o Criador outorgou a uma parte da humanidade, a vida eterna, à outra, a eterna condenação. Em todo universo domina uma predestinação, “essa eterna decisão de Deus, em virtude da qual Ele já estabeleceu para si mesmo o que será feito de cada criatura”. (MILLER, 1946, p. 15).
- ⁶ Pensamos que a interpretação de Miller sobre o molinismo dá a entender, por vezes, que haveria a eliminação da graça no processo de salvação. Em nossa opinião, Molina não nega em absoluto o valor da graça quando a distingue em duas categorias; a “graça eficiente” e a “graça suficiente”. Mas, na primeira, ela cativa de imediato a vontade, na outra, não. O nó da questão é o problema da universalidade versus o problema da eleição. Numa perspectiva universalista, a questão se coloca, a grosso modo, da seguinte maneira: sendo a graça universal, por qual razão nem todos são salvos? O livre-arbítrio é que pode explicar isso. A graça seria como que um chamado em relação a que se poderia dizer “sim” ou “não”, tendo-se neste ato um aspecto decisivo para o destino salvífico do sujeito. Vale, no caso, dizer que o missionário não pode agir sobre a graça (apenas sob a graça), mas pode agir sobre a vontade. Não de forma coercitiva, mas por meio da pregação, da educação e da arte. Pode ainda colaborar com a graça por meio da Liturgia e da administração dos Sacramentos.
- ⁷ Eisenberg observa que Inácio de Loyola deu uma importante contribuição ao debate do livre-arbítrio versus predestinação, durante a Contra-Reforma. Nos *Exercícios Espirituais* o jesuíta afirma: “Igualmente não devemos insistir tanto na graça a ponto de se produzir o veneno que nega a liberdade. Pode-se com certeza falar da fé e da graça, mediante o auxílio divino, para maior louvor de sua divina Majestade, mas não de tal forma nem por tais modos, mormente em nossos tempos tão perigosos, que as obras e o livre-arbítrio sejam prejudicados ou mesmo negados.” (apud EISENBERG, 2000, p.158).
- ⁸ Referindo-se a tese de Molina, Eisenberg explica que: “Conhecimento natural é o conhecimento que Deus tem de todos os mundos possíveis, enquanto conhecimento livre é o conhecimento das contingências

futuras reais ou absolutas. Seu conhecimento médio, assim como o conhecimento livre, corresponde ao conhecimento dos eventos metafisicamente contingentes, sobre os quais Deus não tem controle. Nesse sentido, a *scientia media* de Deus é um conhecimento das contingências futuras condicionais ou subjuntivas.” (EISENBERG, 2000, p. 160).

⁹ Em nossa opinião, essa expressão é muito significativa. Ela é a própria materialização das noções de graça (divina) e arbítrio (humano). Devemos lembrar também que a palavra “coadjutores” (temporais e espirituais) define os principais papéis a serem desempenhados na hierarquia da Companhia de Jesus.

¹⁰ “**e, não achando o seu corpo**, voltaram, dizendo que também tinham visto uma visão de anjos, que dizem que ele vive.” (Lc 24:23, grifo nosso).

¹¹ “**E nós esperávamos** que fosse ele o que remisse Israel, mas, agora, com tudo isso, é já hoje o terceiro dia desde que essas coisas aconteceram” (Lc 24:21, grifo nosso).

¹² “Sabá, e Dedã, e os mercadores de Társis, e todos os seus leões te dizem: Vens tu para tomar o despojo? **Ajuntaste o teu bando para arrebatrar a presa, para levar a prata e o ouro**, para tomar o gado e as possessões, para saquear grande despojo?” (Ez 38:13, grifo nosso).

¹³ “E dirás: **Subirei contra a terra das aldeias não muradas**, virei contra os que estão em repouso, que habitam seguros; todos eles habitam sem muro e **não tem ferrolho nem portas**.” (Ez 38:11, grifo nosso)

¹⁴ Como, por exemplo, retira do primeiro Livro dos Macabeus (1Mc 8:3) a história da invasão e conquista Romana sobre a Espanha, impulsionadas pelo ouro que lá havia: “Não diz que conquistaram os homens, senão minas, porque as minas foram o motivo da guerra e da conquista. Como a gente da Espanha era tanta, tão remota, e tão forte, gastou a potência Romana na pertinência desta Conquista, duzentos e trinta e cinco anos (vede se serão cá necessários tantos!) até que finalmente a terra, as minas, e os moradores ficaram todos sujeitos ao jugo e domínio estranho, presidiados de suas Legiões, tributários à sua cobiça, governados e oprimidos da sua tirania: e o mesmo ouro e prata (que, como diz o Espírito Santo, muitas vezes é redenção do homem) para eles foi a causa da servidão, e o reclamo que chamou de tão longe, e lhe meteu em casa o cativoiro.” (VIEIRA, 2003, p. 570).

¹⁵ Vieira cita São Pedro para endossar seu argumento: “Não sei se reparais, que não só diz S. Pedro o preço com que foram compradas as Almas, senão também o preço com que não foram compradas. Não foram compradas, diz, com ouro, nem com prata, senão com o Sangue de Cristo.” (VIEIRA, 2003, p. 586).

Artigo recebido em 30/09/2013. Aprovado em 11/03/2014.